

Assunto: Iluminação natalina do Palácio da Justiça - Instagram do Diário de PE	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Opinião	Seção/Repórter: Filtro
Página: A7	Data: 19/11/2014

DIARIOdePERNAMBUCO



[www.instagram.com/
diariodepernambuco](http://www.instagram.com/diariodepernambuco)



686 curtidas

O Palácio da Justiça de Pernambuco abriu a temporada 2014 de iluminação natalina em prédios públicos do Recife.
Foto: Ricardo Fernandes/DP/D.A Press

Assunto: Ação civil pública - Vagas de estacionamento perto do Palácio do Campo das Princesas - 5ª Vara Cível do Recife

Veículo: Diário de Pernambuco

Editoria: Local

Seção/Repórter:

Página: A8

Data: 19/11/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

MPPE impetra ação judicial contra uso restrito de vagas

FOTOS: PAULO PAIVA/DPIA PRESS



Público em geral estaria sendo proibido de estacionar seus automóveis no local

Ministério Público acionou governo do estado e CTTU em virtude da reserva de vagas perto do Palácio do Campo das Princesas para veículos autorizados

RAPHAEL GUERRA

raphaelguerra.pe@dabr.com.br

O Ministério Público de Pernambuco impetrou ação civil pública na Justiça contra o governo do estado e a Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU), órgão da Prefeitura do Recife, por supostas irregularidades em relação às vagas de estacionamento no entorno da Praça da República, próxima ao Palácio do Campo das Princesas. O caso está sob análise da 5ª Vara Cível da Capital.

Na denúncia, a promotora Áurea Roseane Vieira, de Habitação e Urbanismo, afirmou

que motoristas estão sendo proibidos de estacionar no local porque as vagas são reservadas pela Polícia Militar apenas para pessoas autorizadas. “A CTTU foi oficializada, mas não apresentou qualquer justificativa para sua conduta omissiva.” A Casa Militar, segundo a promotora, alegou que a praça está “inserida no patrimônio do Palácio, não se constituindo em ruas as vias.”

“Não há qualquer dúvida acerca de que a praça é um bem de uso comum do povo. O estado não trouxe aos autos qualquer documento comprobatório de sua propriedade”, destacou a promotora, em documento enviado à Justiça. “Ficou comprovada a conduta abusiva e ilegal do governo do estado e a conduta negligente da CTTU”, completou.

Na ação civil pública, Áurea cita que a situação afronta a Política de Trânsito Nacional, e pede à Justiça que condene o estado, para que não proíba

o estacionamento livre, e a CTTU, para que sejam retiradas as placas e sinalização na área. Solicita também multa diária de R\$ 1 mil caso as medidas não sejam cumpridas.

Em nota, a Casa Civil contestou o MPPE. “De acordo com o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, a região no entorno do palácio, entre a Ponte de Santa Isabel até a Ponte Buarque de Macedo, englobando a Praça da República, pertence ao Poder Executivo Estadual.”

Alegou ainda que o palácio “demanda, por si só, máxima proteção dispensada por parte da PM e da Casa Militar, o que já constituiria razão suficiente para restringir o estacionamento e parada de veículos pertencentes a pessoas não autorizadas”. A CTTU disse que “a utilização de determinadas vagas para carros oficiais e de funcionários do governo se dá por questão de segurança”.

“

Precisei ir ao cartório e não tinha onde estacionar. As vagas deveriam ser abertas para todos”



Wellington Clenio,
34 anos, autônomo

“

O espaço deveria ser livre a todos. Se não é, se faz necessário abrir novas vagas em outras ruas”



Klebson da Silva,
23 anos, auxiliar mecânico

Assunto: Projetos de ressocialização de presos e combate à violência doméstica são finalistas do Innovare	
Veículo: CNJ	Data: 19/11/2014
Editoria:	Seção:



Projetos de ressocialização de presos e combate à violência doméstica são finalistas do Innovare



O combate à violência contra a mulher, ações de recuperação e ressocialização de detentos (jovens e adultos) e questões ligadas à Justiça de família, à área da saúde e de garantia de moradia foram os temas que se destacaram na XI edição do Prêmio Innovare. As práticas estão entre os 18 finalistas selecionados para concorrer ao prêmio, de um total de 367 inscritos este ano. Os vencedores serão conhecidos na cerimônia de premiação que será realizada no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, no dia 16 de dezembro. Clique [aqui](#) para ver os finalistas.

Práticas de 12 estados, das cinco regiões do País, estão entre as mais votadas para receber o prêmio nas categorias Tribunal, Juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e Prêmio Especial, que este ano teve recorde de inscritos – 111 no total –, com iniciativas ligadas ao tema “Por um Sistema Prisional Justo e Eficaz”. Entre os três autores das práticas finalistas nesta categoria estão uma jornalista, um professor de matemática e uma pedagoga, o que demonstra a variedade de profissionais interessados em desenvolver boas práticas para o aprimoramento da Justiça brasileira.

“Estamos diante de uma abertura incrível. O cidadão está interessado na pauta do

sistema judiciário e isso, por si só, já é uma inovação. É maravilhoso!”, destaca o ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, membro da comissão julgadora.

A região Nordeste teve o maior número de boas práticas votadas nesta etapa – seis no total – com iniciativas implantadas no Ceará, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Maranhão. Na região Sudeste, três práticas de São Paulo e duas do Rio de Janeiro estão entre os finalistas. Outros estados com práticas selecionadas são Rio Grande do Sul, Paraná, Goiás, Pará e Roraima.

Por cerca de três meses, os projetos receberam visitas técnicas de 17 consultores do Instituto Innovare, que avaliaram pessoalmente a eficiência, o alcance das práticas e o poder de replicabilidade para outras regiões. O relatório gerado pelas visitas foi entregue à Comissão Julgadora (formada por 30 respeitadas personalidades do meio jurídico e empresarial), para avaliação final.

Desde sua primeira edição, em 2004, o Prêmio Innovare já revelou mais de 150 experiências que contribuem para aprimorar a qualidade e modernizar a Justiça. “Nosso objetivo principal é fazer com que essas práticas possam se tornar modelo e sejam difundidas para outras regiões e adaptadas a diversas realidades”, comenta Sergio Renault, diretor presidente do Instituto Innovare.

Agência CNJ de Notícias com informações do Prêmio Innovare

Assunto: TJPE inaugura iluminação natalina	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 19/11/2014
Editoria:	Seção:



TJPE inaugura iluminação natalina

O Palácio da Justiça de Pernambuco, sede do Tribunal de Justiça do Estado, foi cercado de árvores, anjos, notas músicas e estrelas na noite dessa segunda-feira (17), quando foi inaugurada a iluminação de natal do órgão, situado na Praça da República, no bairro de Santo Antônio.

Só a cúpula do Palácio recebeu mais de 300 luzes piscando. A fachada traz três anjos revestidos com microlâmpadas de LED. Duas árvores de luzes com 22 metros de altura completam a decoração externa, que tem ainda anjos e notas musicais.



No interior do prédio, as colunas do Salão dos Passos Perdidos receberam cascatas com luzes de LED brancas. A ideia é que elas reflitam a alegria e a fé natalina. “No momento em que entregamos o Palácio iluminado para a população, rogamos a Deus que estejamos abertos para receber a iluminação divina. Devemos cultivar o sentimento de paz, a união. Nós, que trabalhamos na resolução de conflitos precisamos estar em paz para ajudar o cidadão”, afirmou o desembargador Frederico Neves, que preside o Tribunal.



A inauguração da iluminação contou com a presença da Orquestra Criança Cidadã, que apresentou peças natalinas e regionais, como Asa Branca, de Luiz Gonzaga. A apresentação foi encerrada com o hino Ave Maria.